

acelerar a transição energética nas cozinhas africanas



Eduarda Couto
Gestora de Projetos da ALER

Apesar do progresso global no acesso à energia, cerca de dois mil milhões de pessoas – um quarto da população mundial – ainda vivem sem acesso a soluções de cozinha limpa. Esta realidade representa não apenas uma questão energética, mas um bloqueio ao desenvolvimento que compromete a saúde, a igualdade de género, a educação e a segurança económica, especialmente dos mais vulneráveis.

A situação é particularmente complexa na África Sub-saariana, onde cerca de quatro em cada cinco famílias – aproximadamente mil milhões de pessoas – continuam a depender de combustíveis tradicionais, como o carvão e a lenha, para cozinhar. As consequências inquietam: todos os anos, estima-se que a poluição do ar dentro das casas, resultante da queima destes combustíveis, cause 815 mil mortes prematuras.

Mulheres e meninas são as mais impactadas pelas consequências uma vez que, tradicionalmente responsáveis pela recolha de combustível e pelas tarefas de cozinha, despendem, em média, quatro horas diárias nestas atividades. Para além de expor à inalação de fumo tóxico, esta sobrecarga limita as suas oportunidades de acesso à educação e ao trabalho remunerado, e afasta-as de um futuro de autonomia e escolha, perpetuando ciclos de pobreza e dependência.

A falta de acesso a soluções de cozinha limpa está, também, significativamente associada à desflorestação. Estima-se que 1,3 milhões de hectares de floresta sejam perdidos anualmente, comprometendo recursos cruciais para o continente africano. As emissões resultantes da queima de combustíveis tradicionais representam cerca de um quarto das emissões de dióxido de carbono associadas à energia no continente.

Contudo, as tecnologias necessárias para garantir o acesso à cozinha limpa já existem e o investimento, apesar de negligenciado nas agendas de ação climática, é relativamente modesto: cerca de 37 mil milhões de dólares até 2040, menos de 0,1% do investimento global em energia.

A eletrificação e o uso de bioenergia destacam-se neste contexto como vetores cada vez mais importantes para viabilizar a transição para soluções de cozinha limpa, oferecendo alternativas concretas e sustentáveis para milhões de famílias africanas, que promovem a economia local, a utilização circular de recursos e contribuem para a soberania energética.

Investir no acesso universal à cozinha limpa representa também oportunidades económicas e sociais significativas, como a criação de cadeias de valor locais e centenas de milhares de empregos em África – mais de 460 mil até 2040.

No entanto, alcançar o acesso universal à cozinha limpa em África nos próximos 15 anos de forma justa e eficiente exigirá esforços por parte dos governos, da indústria, da sociedade civil e da comunidade internacional. Manter esta questão no topo da agenda regional e internacional será crucial para impulsionar a ação.

Neste contexto, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que engloba nove países dos quais seis africanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, e São Tomé e Príncipe –, está estrategicamente posicionada. Embora alguns destes países ainda tenham as suas economias assentes nas receitas provenientes da exploração de recursos fósseis, todos apresentam um enorme potencial de energias renováveis e têm vindo a desenvolver esforços para as aproveitar. Mais ainda, a cooperação entre os países da CPLP como aliança regional e potência diplomática nas negociações internacionais de energia e clima ajudará a pressionar a mobilização de financiamento estratégico e o compromisso global em promover uma matriz energética com foco nas fontes limpas que acelerem o acesso universal à cozinha limpa e respetivas transições energéticas.

Atuando como plataforma de cooperação em energia e clima na comunidade de países lusófonos, a ALER tem vindo a destacar a cozinha limpa na sua agenda, priorizando projetos regionais de promoção de acesso equitativo e sustentável a tecnologias limpas de cozinha nas comunidades locais, ações de capacitação e intercâmbios entre países irmãos. Estes projetos são conduzidos de forma participativa, inclusiva e descentralizada, respeitando os contextos culturais, sociais e ecológicos das comunidades de cada país e garantindo que os benefícios da transição energética são amplamente distribuídos entre os diferentes segmentos da população.

As emissões resultantes da queima de combustíveis tradicionais representam cerca de um quarto das emissões de dióxido de carbono associadas à energia no continente.

